



CONSTRUÇÕES EPISTEMOLÓGICAS SOBRE A HISTÓRIA DE ANGOLA: RESENHA DE BATSIKAMA, P. & MUTOMBO, TIAGO C. (2025) *INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DE ANGOLA*

EPISTEMOLOGICAL CONSTRUCTIONS ON THE HISTORY OF ANGOLA: A REVIEW OF BATSIKAMA, P. & MUTOMBO, TIAGO C. INTRODUCTION TO THE HISTORY OF ANGOLA, 2025

Adriano dos Santos¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1043-7129>

História de Angola desde as civilizações pré-coloniais aos nossos dias. Esta é a proposta principal da obra *Introdução à História de Angola*, dividida em quatro capítulos. No primeiro Patrício Batsíkama e Tiago Mutombo tratam dos Estados pré-coloniais, nestes capítulos descrevem sobre o povoamento do actual território angolano desde a expansão bantu e outros povos não bantu a configuração da religião e a construção de quatro Estados Bantu, designadamente, o Estado Kôngo, Império Rûnd/Lunda e os Cômbe, o Estado Ndongo e Matamba, e os Estados Umbundu.

É precisamente no povoamento do território que Batsíkama e Mutombo apresentam uma proposta pouco comum daquela que aparece em muitos livros didácticos corroborada por vários estudiosos em Ciências sociais em Angola e não só, posto que na visão dos autores os povos pré-coloniais de Angola estão subdivididos em três, designadamente, Bantu, Njila e Vatwa [Khoi e San]. Distanciando-se da proposta apresentada por estudiosos como Carlos Estermann, Victor Kajibanga, Alberto de Oliveira Pinto que consideram a existência de povos pré-bantu, designadamente, Khoi, San (para muitos khoisan) os Vatwa e os povos Bantu.

Outra grande distinção é o facto de Batsíkama e Mutombo terem considerado os Khoi e San dentro da família Vatwa ao passo que, autores como Estermann, Kajibanga, Zavoni Ntongo e Fernandes e Alberto Oliveira Pinto apresentam os Vatwa com as famílias Kwepe e Kwisi.

¹ E-mail: adossantos397@gmail.com. Docente universitário e investigador do Centro de Investigação do Instituto Superior de Ciências Policiais e Criminais, Angola.

Estermann (1983) considera que Stanley teria sido o primeiro a usar o termo Vatwa para designar os pigmeus da África Austral. Em sua investigação de terreno Carlos Estermann observou o seguinte:

Nesta região encontramos igualmente um povo cujos componentes são designados por Vatwa pelos Hereros, seus vizinhos... o seu nome completo é *Va-zolo-twa* que quer dizer Vatwa negros diferenciando-se dos Vatwa vermelho que são os Bochimanes. Porém o nome que prevaleceu e que se emprega em compêdio geográficos e em tratados de etnologia é o de Bergdama (antigamente também grafado Bergdamara) que é uma adaptação da designação dada pelos vizinhos do sul, os Hotentotes (Estermann, 1983, p. 72).

Esta descrição nos traz a evidência da existência dos povos não negros e não Bantu, descritos por Leonardo Pedro e Paulino Mussili como os kwadi da família ovakedi, e pelos !kung da família san (Pedro e Mussili 2021) e os povos Kwapes e Kwisís [descritos por Oliveira Pinto (2024) e outros autores como os Vatwa].

O que não aparece nos estudos dos autores já mencionados são povos Njila, apresentado por Batsíkama e Mutombo citando Jan Vasina que situa a sua origem a Norte do rio Kamtscha.

Recorrendo aos textos de Carlos Everdosa, Batsíkama e Mutombo consideram que por volta do 1000 d.c. os Bantu instalados em Angola organizaram-se em Estados com poderes legislativo, executivo e militar. Porém, não atestam a formação de Estado entre os Vatwa corroborando com os trabalhos anteriores produzidos por Duarte (1975) e Estermann (1983) e Fernandes e Ntongo (2002) que consideram que os khoi e san não tiveram uma organização política que nos permite admitir a existência de Estados ou Reinos.

No segundo capítulo os autores elaboram uma narrativa que parte da resistência contra a ocupação colonial à conquista da independência. Discutem questões como escravidão, resistência, consciência anticolonial, luta de libertação e independência.

Os autores sustentam que a escravatura começa a partir do momento que o explorador português Pedro Álvares Cabral chega as terras férteis da Bahia (Brasil) e carecia de mão de obra, pelo que se aproveitaram da escravatura doméstica então existente nos reinos do Kongo, Ndongo e dos Imbangala para desenvolver uma escravatura capitalista. O padre Bartolomé de las Casas defende que os europeus recorreram a escravos africanos como uma alternativa a exploração dos ameríndios que morriam aos pontapés, tendo em conta o trabalho duro existente nas minas.

Batsíkama e Mutombo ao mesmo tempo que introduzem o conceito de escravatura e tráfico de escravos discutem também a questão da imoralidade europeia trazida pela colonização para África, apontando o governador Jerónimo de Almeida (1593-1595) que trouxe as primeiras prostitutas portuguesas para Luanda. Nota-se que estas prostitutas constituem uma espécie de degradados² pouco estudado na história de Angola. Heli Chatelain considera que os degradados

² Para Isabel Valadão os degradados eram todos os homens da pior espécie, ladrões, assassinos, a verdadeira escória da sociedade, que o reino se apressava a despejar o mais longe possível, com um imenso oceano de permeio.

constituíram uma maldição e fonte de perturbação sem fim. O governador Sousa Coutinho também reconheceu que as prostitutas e os degredados constituíram um perigo para a sociedade, pois são inúteis e os seus vícios ganharam raízes e gostam da ociosidade.

Em 1926 o Conselho Legislativo de Luanda concluiu que é imperativo que Angola seja limpa dos elementos prejudiciais ao seu progresso... é necessário que o povo de Angola se liberte da presença dos degredados. Gerald Bender afirma que a história dos portugueses em Angola antes do séc. XX é uma história de criminosos exilados, responsáveis pela imagem negativa de Angola durante cinco séculos da presença portuguesa no território (Bender, 2004).

A presença tóxica dos europeus levou o povo a uma resistência contra o agressor, e neste seguimento Batsíkama e Mutombo introduzem ainda no capítulo II o conceito de consciência anticolonial, sustentando que o processo anticolonial começou a ser formado com a elite intelectual mestiça e a elite comercial negra. Os autores substituem o conceito de protonacionalismo, usado por vários historiadores, por anticolonização. Destacam que as igrejas teriam sustentado o movimento anticolonial em Angola destacando o papel dos pastores metodistas e do tocoísmo na luta anticolonial.

O tocoísmo emerge como o primeiro movimento anticolonial que vieram juntar-se mais tarde os movimentos de carácter político que viram na acção armada o método para o alcance da independência nacional.

A independência foi proclamada debaixo de fogo cerrado, assim no terceiro capítulo os autores abordam sobre a guerra civil e a democracia em Angola. Foi uma guerra longa e complexa, longa por durar longos 37 anos, e complexa por envolver não apenas actores nacionais mais também estrangeiros. Batsíkama e Mutombo sustentam que os russos aparecem no cenário da guerra três dias após a proclamação da independência nacional. Contudo, Michel Comerford sustenta que a participação estrangeira na civil angolana é anterior a 11 de novembro de 1975, apontando o caso da África do Sul que invadiu Angola antes da retirada de Portugal, os sul africanos aliaram-se a UNITA, as tropas zairenses a FNLA e o MPLA foi apoiado pelos cubanos e russos. Os EUA viriam juntar-se ao conflito ao lado da UNITA (Comerford, 2005).

A guerra civil conheceu uma ligeira pausa, ou seja, um cessar fogo, em maio de 1991 com assinatura dos acordos de Bicesse. Este período marca a transição democrática descrita pelos autores como a segunda república. Para Batsíkama e Mutombo a segunda república começa em agosto de 1992 quando a República Popular de Angola deu lugar a República de Angola, assim em setembro do mesmo ano ocorrem as eleições que marca oficialmente a transição democrática. O MPLA ganha as eleições e a negação dos resultados eleitorais por parte da UNITA levou a eclosão de novo conflito e em meio da tensão foi criado o Governo de União e Reconciliação Nacional (GURN) que na prática validava as eleições de setembro de 1992 os deputados tomaram posse na Assembleia Nacional.

Para Cafussa (2008), o GURN foi uma fórmula encontrada para o alcance da Paz. Cafussa nos remete a teoria da competição de soma variável onde quem ganha não ganha tudo e quem perde,

não perde tudo. No último caso, o perdedor participa nos negócios do país, através do parlamento ou de associações de diversa índole.

Essa fórmula a que se chamou GURN trouxe a ideia que os contrários podem habitar na mesma casa, assim quadros da UNITA foram acomodados no Executivo.

Quadros dirigentes da UNITA em cargos executivos, auferindo eles de todas as benesses decorrentes do exercício dessas funções (de escalão nacional, provincial, municipal e comunal). Os benefícios materiais são apenas pessoais, mas o prestígio é também do partido político que os colocou no executivo, pois os seus militantes passam a ver-se representados na execução da coisa pública, através dos seus dirigentes políticos (Cafussa, 2008, p. 57).

Enquanto o GURN funcionava o conflito decorria conhecendo apenas o seu final em 2002 com a assinatura do *memorandum* do Luená. Para Batsíkama e Mutombo passaram-se oito anos para Angola conhecer a terceira República que entra em cena após a aprovação da Constituição em 2010.

Outro conceito discutido por Batsíkama e Mutombo foi a de Estado-nação, os autores chegam a questionar se Angola era de facto uma nação, ou se o Estado angolano possuía uma nação. Para responder estes questionamentos, os autores recorrem aos trabalhos de Victor Kajibanga e Paulo de Carvalho que sustentam que Angola é uma nação em construção.

Os autores destacam a governação de José Eduardo dos Santos como aquele que estabeleceu as balizas para construção da nação através de uma herança advinda de Agostinho Neto, tendo definindo três prioridades, nomeadamente, a saúde, a educação e a luta contra a pobreza.

No quarto e último capítulo os autores discorrem sobre o conceito de corrupção, sustentando que a luta contra corrupção é uma baliza de governação do presidente João Lourenço. Nesta parte final da *Introdução a História de Angola* os autores afluem que a corrupção é um mal herdado pelo actual presidente, João Manuel Gonçalves Lourenço, o qual está disposto a combater, não foi por acaso que o lema dos primeiros anos de governação, 2017-2022, foi “corrigir o que está mal; e melhorar o que está bem”.

Os autores subscrevem que a elite política governativa do país se desviou dos princípios que nortearam o nascimento da República Popular de Angola, conquanto se basearam numa oligarquia partidária antirrepublicana.

Batsíkama e Mutombo consideram ainda que, ao assumir a luta contra corrupção o presidente João Lourenço esvaziou os discursos da oposição que vinham se batendo até as eleições de 2012 com questões da impunidade e corrupção, levou ao tribunal personalidades intocáveis noutro, sendo mesmo julgados e alguns condenados e outros absorvidos.

Para os autores a entrada em vigor do novo Código Penal, assim como a aprovação das leis avulsas, tais como, a Lei 34/11, de 12 de Dezembro_ Lei do combate ao branqueamento de capitais inibiu o espaço aos corruptos, dando espaço para abertura de 715 processos-crimes sobre o branqueamento de capitais, corrupção activa e passiva, fraude fiscal e outros.

Ao que nos parece, o discurso contra a corrupção e aprovação de leis não tenham inibido a elite política corrupta de Angola e certamente ainda há intocáveis em Angola. Reconhecemos porém que João Lourenço foi o presidente que mais falou sobre a corrupção e agiu contra a corrupção, mas também é o período com mais escândalos expostos e percepção de corrupção sistémica.

Se nos atermos em números notaremos que o governo apresenta recuração de activos de onde o balanço feito pelo próprio presidente da República diz ser positivo onde dinheiro e bens foram recuperados e aplicados no PIIM, estradas, escolas, hospitais.

Em 2023 aprovou-se a estratégia nacional de Prevenção e Repressão da Corrupção até 2027, com foco em prevenção, detecção e repressão; foram abertos processos contra figuras antes intocáveis, mas isto não passou de uma amostra, pois se conhecem apenas três figuras, designadamente, a acusação a Isabel dos Santos, as prisões de Augusto da Silva Tomás e Carlos São Vicente, pelo que os críticos apontam seletividade.

Alguns sociólogos escrevem que o combate a corrupção é apenas uma “operação de charme” ou selectivo. Figuras como Kopelipa e Dino mantiveram inicialmente liberdade, Manuel Vicente é tido por muitos como o intocável de João Lourenço.

A corrupção continua praticamente sem casos julgados e com cumprimento de pena de prisão. No último discurso de Estado da Nação a palavra corrupção sumiu, isto é, não apareceu nenhuma vez.

Quem olha para Angola de hoje, poderá notar maior exposição da corrupção, isto pode dever-se ao governo de João Lourenço abrir processos a imprensa, passando a noticiar mais, pois antes muitos casos ficavam abafados. Assim, cria a sensação de aumento. Todavia, a corrupção continua a ser uma realidade, destaca-se neste particular os casos recentes como o esquema de reembolso fraudulento do IVA na AGT _ falsificação, peculato, associação criminosa _ abalaram a credibilidade.

Tem havido muitas denúncias, que expõe falhas estruturais, o que leva especialistas a alertarem que os escândalos têm impacto negativo na credibilidade de João Lourenço.

2018 – 2023 foi o período com mais processos mediáticos contra ex-governantes. Isso melhora o Índice de Percepção da Corrupção (IPC) da *Transparency Internacional*. Desta sorte, estatisticamente registam-se melhorias, pois Angola saiu de 18-19 pontos da era de Eduardo dos Santos para 32-33 pontos, subindo quase 50 posições no ranking mundial.

A *Transparency Internacional* considera isso de melhoria significativa, contudo a percepção continua má, pois 33/100 ainda o país é visto como altamente corrupto.

O último aspecto tratado por Batsíkama e Mutombo foi a da identidade política de onde introduzem o conceito de despoder chamando atenção as epistemologias da *mbudarização*, provando rupturas com os bons costumes angolanos. Os estudos de Batsikama descreve Angola entre 1975-2012 como sendo um estado de despoder, pois cerificam-se falhas nos contextos sociais, políticos e económicos.

Referências bibliográficas

- Batsîkama, P., & Mutombo, T. C. (2025). *Introdução à história de Angola*. Recife, PE: EDUPE.
- Bender, G. J. (2004). *Angola sob o Domínio Português. Mito e Realidade*. Luanda: Nzila.
- Cafussa, A. C. (2008). O papel do GURN na pacificação e reconciliação de Angola. *Revista Angolana de Sociologia* 2, 53-68.
- Comerford, M. (2005). *O rosto pacífico de Angola: biografia de um processo de paz (1991-2002)*. Luanda: Autor.
- Duarte, B. (1975). *Literatura tradicional angolana*. Benguela: Didáctica de Angola, S.A.R.L editoras.
- Estermann, C. (1983). *Etnografia de Angola (Sudoeste e Centro) colectânea de artigos dispersos vol. I*. Lisboa: Instituto de Investigação científica Tropical
- Everdosa, C. (1980). *Arqueologia de Angola*. Luanda: Ministério da Educação.
- Fernandes, J. & Ntongo, Z. (2002). *Angola: povos e línguas*. Luanda: Nzila.
- Kajibanga, V. (1998). Culturas étnicas e cultura nacional: uma reflexão sociológica sobre o caso Angolano. *2º Encontro dos delegados da Igreja Católica dos Países Lusófonos* (pp. 1-6). Luanda.
- Pinto, A. O. (2024). *História de Angola: Da pré-história ao Início do século XXI*. Lisboa: Autor e Guerra e Paz, Editores, Lda.
- Valadão, I. (2011). *Loanda escravas, donas e senhoras*. Romance Histórico. Lisboa: Bertrand Editora.